

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00026/2026
LICITAÇÃO Nº. 00010/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM
LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA
RUA SANTOS DUMONT, 65 - CENTRO - FEIRA NOVA - PE.
CEP: 55715-000 - E-mail: fmsfn2025@gmail.com.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 11.472.134/0001-21, doravante denominado simplesmente **Fundo Municipal de Saúde**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, **às 10:00 horas do dia 08 de junho de 2026**, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade **Pregão nº 00010/2026**, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 73 PMFN/PE, de 17 de Novembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para: **Contratação de empresa objetivando o fornecimento parcelado de Equipamentos Hospitalares, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Feira Nova.**

Data de abertura da sessão pública: 08/06/2026. Horário: 10:00 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: prevista para ocorrer nessa mesma sessão pública.

Local: www.portaldecompraspublicas.com.br

Valor estimado: R\$ 1.547.007,19 (Um Milhão, Quinhentos e Quarenta e Sete Mil, Sete Reais e Dezenove Centavos)

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO O FORNECIMENTO PARCELADO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE FEIRA NOVA.**

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3.A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e

condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.6. Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília - DF.

2.0. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 07:00 as 13:00 horas.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>;

2.2.2. Pelo e-mail: fmsfn2025@gmail.com; ou

2.2.3. No endereço Rua Santos Dumont, 65 - Centro - Feira Nova – PE, CEP 55.715-000, no horário de expediente.

2.2.2.1. Caso a entrega do pedido de impugnação seja enviada via e-mail ou entregue no endereço do item 2.2.3, a íntegra do pedido será divulgada no portal de compras públicas para visualização pública.

2.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do FMS e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5.ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos.

3.2.A obtenção do Edital poderá ser feita da seguinte forma:

3.2.1.Junto ao Pregoeiro: gratuitamente;

3.2.2.Pelos endereços eletrônicos:

3.2.2.1.www.portaldecompraspublicas.com.br;e

3.2.2.2.www.gov.br/pncp.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 73 PMFN/PE, de 17 de Novembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

4.2. Legislação aplicada:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

4.3. O Pregão é definido pela Lei Federal nº 14.133/2021, inciso XLI, Art. 6º, como a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Entrega: 20 (Vinte) dias.

5.2.O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos não Vinculados de Impostos:

300101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.0067.1097.0000 – Bloco da Estruturação Atenção de Média e Alta complexidade

10.302.0067.1097.0000 – Bloco da Estruturação Atenção de Média e Alta complexidade

4.4.90.00 – Fichas: 300, 682 e 683

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas: Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Nesses termos, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração.

6.7.É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio: As regulares dimensão e complexidade do objeto desta contratação bem como as circunstâncias concretas do mercado correspondente, não requerem a associação entre proponentes, haja vista a existência de inúmeras empresas aptas a preencherem as condições específicas exigidas no presente certame. Nesse contexto, entende-se que a formação de consórcios acarretaria risco da dominação de mercado, através de pactos para eliminar a competição, reduzindo o universo da disputa, podendo retratar na composição entre eventuais interessados, que em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo, na figura do consórcio, para suprimir a concorrência no processo, prejudicando, em última análise, a obtenção de proposta mais vantajosa.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas: Pela natureza do objeto desta contratação e, ainda, observado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, entende-se presentes, de forma isolada ou simultânea, aspectos que desnaturam a atuação típica de uma cooperativa, seja pela própria natureza do objeto, seja a necessidade de subordinação jurídica entre o particular contratado e o obreiro, bem como de personalidade e habitualidade. Portanto, a participação de cooperativas potencializa a ocorrência de violação a princípios da licitação, como os da legalidade, economicidade e eficiência, expondo a Administração a vários riscos, dentre os quais o de enfrentar situações ambíguas e questionamentos legais, uma vez que as cooperativas possuem normas próprias das empresas tradicionais, afetando a segurança jurídica do certame; de ter que arcar com eventuais obrigações trabalhistas subsidiariamente; e a dificuldade de responsabilização e controle devido à natureza peculiar das cooperativas.

6.9.CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão a documentação para fins de habilitação:

6.9.1.Comprovação de capital mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante:

- a) contrato social, alteração contratual ou equivalente na forma da lei;
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social;
- c) declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

6.9.2.Demonstrativo da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, extraído dos seus balanços patrimoniais dos dois últimos exercícios sociais, feito através da apresentação de DECLARAÇÃO assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento, para cada exercício social, dos seguintes índices:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} > 1,00$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} > 1,00$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1,00$$

Onde:

LG - Liquidez Geral;
SG - Solvência Geral;
LC - Liquidez Corrente.

6.9.2.1. Caso o licitante apresente resultado que não atenda ao respectivo valor requerido em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo equivalente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.9.2.2. Os indicadores fixados neste instrumento convocatório deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação. **No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos, limitar-se-á ao último exercício;**

6.9.2.3. Salienta-se que os índices e valores aqui previstos são os usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes de licitações com o tipo de objeto semelhante ao deste certame;

6.9.2.4. A pessoa jurídica criada no exercício financeiro deste certame deverá apresentar o balanço de abertura, em substituição ao referido demonstrativo de aptidão econômica, hipótese em que não se aplica a exigência da comprovação do atendimento aos índices econômicos acima;

6.9.2.5. O **balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, referidos neste instrumento, serão exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.9.3. **Relação dos compromissos assumidos** pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratações firmadas, contendo o rol de contratos celebrados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data prevista para abertura da sessão pública deste certame, indicando o nome do contratante, o CNPJ, a data de assinatura do contrato, sua vigência e valor total; considerar o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

7.0. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo Fundo Municipal de Saúde, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2. Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do Fundo Municipal de Saúde por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

8.9.O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o Fundo Municipal de Saúde, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

- 9.1.3. Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";
- 9.1.4. Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.
- 9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 9.3. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.
- 9.4. A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.
- 9.5. A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.
- 9.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.7. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 9.8. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 9.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 9.12. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.13. Todos os documentos e propostas de preços inseridos com assinatura digital devem ser os originais que foram submetidos à assinatura certificada. Isso permitirá a verificação de autenticidade por meio de diligências junto às entidades certificadoras:
- 9.12.1. A autenticidade das assinaturas digitais será conferida por meio de diligências realizadas no site oficial do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI): <https://validar.iti.gov.br/index.html>.

9.12.2. As empresas que não comprovarem a veracidade das assinaturas digitais em suas propostas, declarações e documentos serão desclassificadas ou inabilitadas para participar deste processo de licitação.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

10.8. Do cancelamento de lance:

10.8.1.O licitante poderá solicitar o cancelamento do seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

10.8.3. Encerrado o modo de disputa aberto, não será possível o cancelamento do último lance ofertado.

10.8.3.1. O licitante será responsabilizado administrativamente por não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

10.9. Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

10.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo:

10.11.1. No procedimento de que trata o item acima, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance;

10.11.2. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem anterior.

10.12. Encerrados os prazos estabelecidos nos item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.18. Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.20.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.21.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.22.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.23.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.24.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.24.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.24.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.24.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.24.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.25.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

10.25.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do Fundo Municipal de Saúde;

10.25.2. Empresas brasileiras;

10.25.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.25.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.26.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.26.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.26.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.26.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.26.4.O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.26.4.1. **Anexo a Proposta enviada a empresa deverá anexar CATÁLOGO para que a equipe de apoio técnica avalie todos os pontos que julguem necessário. O CATÁLOGO deverá ser apresentado**

UNITARIAMENTE para cada item, sendo o produto IDÊNTICO ao descritivo do item, e ainda com identificação constando o nome, marca e modelo do Equipamento, conforme Proposta.

10.26.5.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.27.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.28.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.

11.2.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.2.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.2.2.Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pelo Pregoeiro, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.3.Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.3.1.Contiver vícios insanáveis;

11.3.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.3.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.3.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.3.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.4.É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo Fundo Municipal de Saúde; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 2 (Duas)

horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.4.2.A inexecutabilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.3. Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente.

11.5. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12.0. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.1.1. O Pregoeiro poderá efetuar consulta prévia aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);

12.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.2.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Registro comercial, no caso de empresa individual.

12.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

12.2.2.1. Regularidade para com a Fazenda Federal e Previdenciária – certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

12.2.2.2. Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual para os licitantes sediadas no Estado de Pernambuco, para os demais licitantes de outros Estados, Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.2.2.3. Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.2.2.4. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS–CRF, apresentando a correspondente certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.

12.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

12.2.3.1. Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para abertura das propostas. Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverão apresentar também a Certidão Licitação 1º e 2º Grau emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

12.2.3.1.1. Quando comprovado que o distribuidor da sede do licitante não esteja realizando a expedição da Certidão, as de 1º e 2º Grau do TJPE suprirão a exigência do item 12.2.3.1.

12.2.3.2. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis e apresentadas na forma da lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

12.2.3.3. Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da LCP nº 123/06, se for o caso, sendo considerada microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificando na forma definida pela legislação vigente. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante:

a) Declaração expressa formalmente assinada por profissional da área contábil, devidamente habilitado;

b) Certidão simplificada emitida pela junta comercial da sede do licitante ou equivalente, na forma da legislação pertinente;

c) Comprovação de opção pelo Regime de Tributação Simples Nacional acompanhada de declaração assinada pelo responsável legal da empresa informando inexistir quaisquer fatos que impeça receber o benefício da Lei Complementar 123/2006.

A ausência da referida declaração, certidão simplificada ou comprovação pelo Regime de Tributação Simples Nacional, não é motivo para a inabilitação apenas perderá os benefícios da LCP nº 123/06, não podendo participar dos itens exclusivos para ME/EPP e a Cota Reservada para ME/EPP. Caso tal documento não seja apresentado, poderá ser diligenciado e/ou consultado.

12.2.4.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.2.4.1.Comprovação de capacidade técnica, através da apresentação de Atestado, expedido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, pelo qual a licitante comprove ter executado fornecimentos compatíveis com o objeto desta contratação.

12.2.5.DECLARAÇÕES:

- A. Declaração de ciência dos termos do Edital;
- B. Declaração de inexistir fato impeditivo;
- C. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do FMS;
- D. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;
- E. Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade;
- F. Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública;

12.3.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.Caso tal documento não seja apresentado, poderá ser diligenciado e/ou consultado.

12.4.Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1.Comprovação de capital mínimo - item 6.9.1.

12.4.2.Demonstrativo da aptidão econômica - item 6.9.2.

12.4.3.Relatório de compromissos assumidos - econômico-financeira - item 6.9.3.

12.4.4.Licença Sanitária Estadual ou Municipal da sede do licitante.

12.4.5.Comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE, emitida pela ANVISA.

12.5.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.5.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.5.2. De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.6. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.7. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.9.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.10.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.10.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.10.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.10.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.10.5.A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao Fundo Municipal de Saúde convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.10.6.Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.11.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.12.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.12.1.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.13.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.13.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do Fundo Municipal de Saúde relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.13.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.13.3.Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do Fundo Municipal de Saúde, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.14.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.15.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1.Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

13.2.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.1.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do Fundo Municipal de Saúde, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma parcelada.

16.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO – REAJUSTE

17.1. Preços registrados – reajuste:

17.1.1. Os preços poderão sofrer reajustes, obedecidos os seguintes critérios:

1. Solicitação formal do representante legal da empresa, acompanhada de toda a documentação comprobatória necessária, ou no caso de o reajuste partir do Fundo Municipal de Saúde, deverá ser precedido de pesquisa adequada, munida de todos os parâmetros definidos pela Lei Federal 14.133/21;
2. Para condição de marco temporal, será conhecida a efetivada data do orçamento estimado elaborado pela administração pública, independente do prazo do contrato.
3. O período para reajuste poderá ocorrer durante a vigência do contrato, utilizando como base o índice IPCA-IBGE, sendo possível utilização de outras formas de avaliação de reajuste, desde que previamente aprovadas pelo setor jurídico do município.

17.1.2. Ocorrendo de o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado por motivo superveniente, serão convocados os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mantendo o objeto cotado, qualidade e especificações.

17.1.2.1. Caso não ocorra a aceitação da redução, poderão ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

17.1.3. O realinhamento deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia nos sistemas de banco de dados, índices ou tabelas oficiais, contratos vigentes de outros órgãos públicos, a fim de formar uma cesta de preços, para determinação da justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

17.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.1.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, no prazo de até **05 (Cinco) dias**, de acordo com a autorização de compra expedida pelo setor de compras, em dias úteis, no horário de 08:00 às 13:00 horas, no seguinte endereço:

Local: Secretaria de Saúde

Endereço: Rua Santos Dumont, nº 65, Centro, Feira Nova – PE.

E-mail: setordecompras.fn@gmail.com

CEP: 55.715-000

4.2. O objeto será recebido por servidor designado pela administração, nos prazos e nos termos estabelecidos neste Termo de Referência, sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão recebidos:

a) **Provisoriamente:** no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do produto, com as especificações contidas, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório;

b) **Definitivamente:** no prazo máximo de até 05 (Cinco) dias, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

18.2. Serão designados pelo Fundo Municipal de Saúde representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

Serão atribuições do gestor do contrato:

- a) Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
- b) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- c) Emitir avaliação do prazo de entrega e qualidade dos produtos;
- d) Realizar reunião inicial com a contratada e solicitar dados e contatos do preposto;
- e) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- f) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- g) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- h) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- i) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- j) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
- k) Recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização;

Serão atribuições do fiscal do contrato:

- a) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada.
- b) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias do fornecimento do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.
- c) Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.
- d) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos.
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua fornecimento, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o produto quando visivelmente irregular, não aceitando diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação ou respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
- h) Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;
- i) Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

19.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1.Obrigações do Contratante:

Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

19.2.Obrigações do Contratado:

Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os produtos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

20.0.DO PAGAMENTO

20.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Fundo Municipal de Saúde, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: **Em até 30 (trinta) dias contados, do fornecimento do produto e a entrega da nota fiscal devidamente ao setor competente.**

20.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por

qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.0. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Fundo Municipal de Saúde, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Fundo Municipal de Saúde não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Fundo Municipal de Saúde.

23.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo Fundo Municipal de Saúde, no endereço: Rua Santos Dumont, 65 – Centro – Feira Nova – PE, nos horários normais de expediente: das 07:00 as 13:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.10.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Feira Nova, Estado de Pernambuco.

Feira Nova - PE, 19 de Maio de 2026.

DANIELLE CHAVES GOMES DA SILVA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: **Contratação de empresa objetivando o fornecimento parcelado de Equipamentos Hospitalares, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Feira Nova.**

1.2.A contratação do fornecimento, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 043, de 26 de Dezembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.Para a contratação:

A presente contratação tem por finalidade atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Feira Nova, mediante o fornecimento parcelado de equipamentos hospitalares indispensáveis ao funcionamento adequado das unidades de saúde vinculadas à rede pública municipal.

A aquisição dos equipamentos visa garantir melhores condições de atendimento à população, proporcionando maior eficiência, segurança e qualidade na execução dos serviços de saúde ofertados pelo Município. A modernização e reposição dos equipamentos são essenciais para assegurar a continuidade dos atendimentos, reduzir riscos operacionais, ampliar a capacidade de assistência e oferecer suporte adequado aos profissionais da saúde no desempenho de suas atividades.

A contratação também se justifica pela necessidade de substituição de equipamentos obsoletos, desgastados ou insuficientes para atender à crescente demanda dos serviços de saúde, evitando prejuízos ao atendimento da população e assegurando condições adequadas de funcionamento das unidades hospitalares e ambulatoriais.

Além disso, o fornecimento parcelado proporciona maior eficiência administrativa e melhor gerenciamento dos recursos públicos, permitindo que as aquisições sejam realizadas conforme a necessidade da Administração, evitando desperdícios, armazenamentos inadequados e aquisições desnecessárias.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e indispensável para garantir a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos de saúde prestados pelo Município, em conformidade com o interesse público e os princípios da administração pública previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.Para a estimativa de quantitativo:

2.2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função da necessidade e utilização prováveis foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e

possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

3.0.DA COMPRA

3.1.As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	OBS	V. Unitário	V. Total
1	ASPIRADOR CIRÚRGICO MODELO: ELÉTRICO MÓVEL, PRESSÃO DE VÁCUO: CERCA DE 650 MMHG, FLUXO DE ASPIRAÇÃO: DE 15 A 30 LPM, TIPO FRASCO: 2 FRASCOS EM PLÁSTICO, VOLUME: CERCA DE 5 L X 5 L, COMPONENTES: SISTEMA ANTITRANSBORDAMENTO, FILTRO BACTERIOLÓGICO, ADICIONAIS: ACIONAMENTO POR PEDAL	UNIDADE	3,00	Catálogo	R\$ 2.290,67	R\$ 6.872,01
2	DEFIBRILADOR EXTERNO MODELO: DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO - DEA, MODO DE FUNCIONAMENTO: AUTOMÁTICO, SEMIAUTOMÁTICO E MANUAL, FORMA DE ONDA: RETILÍNEO BIFÁSICO, RECURSOS: AUXÍLIO PCR C/ REGISTRO DE EVENTOS, AUTONOMIA DA BATERIA (Nº DE CHOQUES): MÍNIMO 300 CHOQUES,ALIMENTAÇÃO: BATERIA RECARREGÁVEL, TRANSFERÊNCIA DE DADOS: COM E SEM FIO	UNIDADE	2,00	Catálogo	R\$ 7.307,33	R\$ 14.614,66
3	MÓDULO MONITOR MULTIPARÂMETRO TIPO DE ANÁLISE: P/ DÉBITO CARDÍACO, PI, PNI, OXÍMETRIA, ECG E RESP, COMPATIBILIDADE EQUIPAMENTO: COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO	UNIDADE	5,00	Catálogo	R\$ 13.362,66	R\$ 66.813,30
4	SELADORA EMBALAGEM TIPO: SELADORA L MANUAL, MATERIAL: AÇO CARBONO, VOLTAGEM: 110/220V, FUNCIONAMENTO: MANUAL, ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA PU CINZA CLARO	UNIDADE	1,00	Catálogo	R\$ 435,57	R\$ 435,57
5	SELADORA EMBALAGEM TIPO: SELADORA MONOFÁSICA COM REGULADOR DE PRESSÃO, MATERIAL: AÇO INOX AISI 304, VOLTAGEM: 220V, FUNCIONAMENTO: AUTOMÁTICO SISTEMA DE SELAGEM POR RÁDIO FREQUÊNCIA, APLICAÇÃO: VEDAÇÃO DE EMBALAGENS, COMPRESÃO RELATIVA: 140LB, CAPACIDADE DE PRODUÇÃO: DE 180 A 220 SACHES POR MINUTO	UNIDADE	1,00	Catálogo	R\$ 615,70	R\$ 615,70

6	BIOMBO HOSPITALAR MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: TRIPLO DOBRÁVEL, ALTURA: CERCA DE 1,80M, COMPRIMENTO: COMPRIMENTO 1,80 APROXIMADAMENTE, ABERTO, TIPO DE RODÍZIO: PONTEIRAS GIRATÓRIAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIVISÓRIAS EM PVC	UNIDADE	22,00	Catálogo	R\$ 549,10	R\$ 12.080,20
7	CADEIRA DE RODAS TIPO FUNCIONAMENTO: MANUAL, TIPO CONSTRUTIVO: DOBRÁVEL, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO CARBONO, TIPO USO: BANHO, APOIO BRAÇO: APOIO BRAÇOS REMOVÍVEIS, TIPO DE PNEU: PNEUS MACIÇOS 5", TIPO FREIO: C/ FREIO, APOIO PÉS: APOIO PÉS FIXO, CAPACIDADE MÁXIMA: ATÉ 100KG	UNIDADE	10,00	Catálogo	R\$ 477,73	R\$ 4.777,30
8	CADEIRA DE RODAS TIPO FUNCIONAMENTO: MANUAL, TIPO CONSTRUTIVO: DOBRÁVEL, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO CARBONO, ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPÓXI, APOIO BRAÇO: APOIO BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS, TIPO DE PNEU: PNEUS DIANTEIROS GIRATÓRIOS MACIÇOS 8", TIPO PNEU TRASEIRO: TRASEIRO FIXO 24", TIPO FREIO: FREIO BILATERAL, APOIO PÉS: APOIO PÉS REGULÁVEL, CAPACIDADE MÁXIMA: ATÉ 200KG	UNIDADE	10,00	Catálogo	R\$ 1.466,43	R\$ 14.664,30
9	CADEIRA DE RODAS TIPO FUNCIONAMENTO: MANUAL TIPO CONSTRUTIVO: DOBRÁVEL EM DUPLO X MATERIAL ESTRUTURA: ALUMÍNIO AERONÁUTICO ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPÓXI APOIO BRAÇO: APOIO BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS ACABAMENTO DO ENCOSTO E ASSENTO: NÁILON TIPO DE PNEU: PNEUS DIANTEIROS GIRATÓRIOS MACIÇOS 6" TIPO PNEU TRASEIRO: TRASEIRO FIXO 24" TIPO FREIO: FREIO BILATERAL CAPACIDADE MÁXIMA: ATÉ 120 KG CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: DESENGATE RÁPIDO	UNIDADE	31,00	Catálogo	R\$ 1.688,50	R\$ 52.343,50
10	CAMA HOSPITALAR MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: ELÉTRICA, RODAS: RODÍZIOS C/ FREIOS, CAPACIDADE DE CARGA: ATÉ 300KG, TIPOS DE ACIONAMENTO: CONTROLE REMOTO, COMPONENTES: CABEÇEIRA E PESEIRA REMOVÍVEIS PLÁSTICO, COMPONENTES 01: ALTURA REGULÁVEL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRENDELEMBURG, FOWLER E REVERSO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: GRADES ESCAMOTEÁVEIS, DIMENSÃO: CERCA DE 2,00 X 0,90M	UNIDADE	8,00	Catálogo	R\$ 5.766,67	R\$ 46.133,36

11	CAMA HOSPITALAR MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: PARTO, ELETRICA, RODAS: 4 RODÍZIOS DE 5", FREIO EM 2 RODÍZIOS DIAGONAIS, COMPRIMENTO: ATÉ 2,10M, LARGURA: CERCA DE 1,00M, CAPACIDADE DE CARGA: ATÉ 200KG, TIPOS DE ACIONAMENTO: CONTROLE REMOTO, COMPONENTES: SUPORTE DE SORO, PORTA COXA, BACIA INOX, COMPONENTES 01: ALTURA REGULÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APOIO PARA OS PÉS, ARCO DE ESFORÇO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: ARTICULADA 3 POCIÇÕES	UNIDADE	8,00	Catálogo	R\$ 13.830,00	R\$ 110.640,00
12	CAMA HOSPITALAR MATERIAL: TUBULAR AÇO CARBONO, TIPO: MANIVELAS, RODAS: RODÍZIOS C/ FREIOS, CAPACIDADE DE CARGA: ATÉ 300KG, COMPONENTES: CABEÇEIRA E PESEIRA REMOVÍVEIS PLÁSTICO, COMPONENTES 01: ALTURA REGULÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: POSIÇÕES TRENDELEMBURG, REVERSO E CADEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: GRADES ESCAMOTEÁVEIS, DIMENSÃO: CERCA DE 2,00 X 0,90M	UNIDADE	8,00	Catálogo	R\$ 3.480,10	R\$ 27.840,80
13	SUPORTE PARA SORO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ACABAMENTO DA ESTRUTURA: PINTURA EM EPÓXI, TIPO: PORTÁTIL E ALTURA REGULÁVEL, RODÍZIOS: COM RODÍZIOS, PÉS: 5 PÉS C/ CAPA PROTETORA EM POLÍMERO, GANCHOS: 4 GANCHOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APOIO PARA LOCOMOÇÃO.	UNIDADE	30,00	Catálogo	R\$ 217,71	R\$ 6.531,30
14	CARRINHO INDUSTRIAL MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL PLATAFORMA: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO TRANSPORTE: PEÇAS ENCAPSULADORA GKF, QUANTIDADE RODA: 4, TIPO RODA: DUAS FIXAS E DUAS GIRATÓRIAS, CAPACIDADE CARGA: 200KG, QUANTIDADE BANDEJAS: 5	UNIDADE	2,00	Catálogo	R\$ 1.550,47	R\$ 3.100,94
15	CARRO - USO HOSPITALAR ESTRUTURA: EM AÇO INOXIDÁVEL, PRATELEIRAS: 2 PRATELEIRAS, RODÍZIOS: COM RODÍZIOS GIRATÓRIOS, DIMENSÕES: CERCA DE 100 X 60 X 50CM, APLICAÇÃO: P/ CURATIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/ SUPORTE P/ MATERIAIS	UNIDADE	2,00	Catálogo	R\$ 680,16	R\$ 1.360,32

16	CARRO LIMPEZA MATERIAL: POLIPROPILENO, TIPO: 4 RODÍZIOS, DIÂMETRO RODA: 6 E 3 POL (TRASEIRAS E DIANTEIRAS), COMPRIMENTO: 126CM, LARGURA: 54CM, ALTURA: 98CM, CAPACIDADE: 90L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ZÍPER ABERTURA LATERAL E BOLSA 90 LITROS	UNIDADE	3,00	Catálogo	R\$ 2.016,60	R\$ 6.049,80
17	MACA CLÍNICA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE: ESMALTADO, RODAS: SEM RODÍZIOS, PÉS FIXO, COMPRIMENTO: ATÉ 2,00M, LARGURA: CERCA DE 0,90M, ALTURA: CERCA DE 1,00M, CAPACIDADE DE CARCA: ATÉ 250KG, COMPONENTES: C/ SUPORTE PARA LENÇOL DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABECEIRA REGULÁVEL POR CREMALHEIRA, ACESSÓRIOS: LEITO FIXO C/ COLCHÃO, COURVIN	UNIDADE	20,00	Catálogo	R\$ 698,92	R\$ 13.978,40
18	MACA CLÍNICA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ACABAMENTO DAS RODAS: RODAS TERMOPLÁSTICA, RODAS: 4 RODÍZIOS DE 6", FREIO NOS 4 RODÍZIOS, COMPRIMENTO: ATÉ 2,00M, LARGURA: CERCA DE 0,60M, ALTURA: CERCA DE 0,80M, CAPACIDADE DE CARCA: ATÉ 250KG, COMPONENTES: SUPORTE SORO REMOVÍVEL, COMPONENTES 01: SUPORTE PARA CILINDRO DE O2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABECEIRA REGULÁVEL POR CREMALHEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: GRADES ESCAMOTEÁVEIS, ACESSÓRIOS: COLCHONETE	UNIDADE	5,00	Catálogo	R\$ 1.557,45	R\$ 7.787,25
19	MACA CLÍNICA MATERIAL: ALUMÍNIO, ACABAMENTO DAS RODAS: RODA DE BORRACHA, RODAS: 4 RODÍZIOS DE 6", FREIO NOS 4 RODÍZIOS, COMPRIMENTO: ATÉ 2,00M, LARGURA: CERCA DE 0,50M, COMPONENTES 01: 2 ALAVANCAS PARA ARTICULAÇÃO DAS PERNAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABECEIRA REGULÁVEL POR CREMALHEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: GRADES ESCAMOTEÁVEIS/ PÉS RETRÁTEIS	UNIDADE	5,00	Catálogo	R\$ 1.898,33	R\$ 9.491,65
20	ESCADA HOSPITALAR NÚMERO DEGRAUS: 2 DEGRAUS, MATERIAL: ESTRUTURA E PISO EM AÇO INOXIDÁVEL, REVESTIMENTO DEGRAU E SAPATA: COM REVESTIMENTO ANTIDERRAPANTE, DIMENSÃO (C X L X A): CERCA DE 45 X 45 X 50CM, CAPACIDADE DE CARGA: MÍNIMO DE 150KG	UNIDADE	10,00		R\$ 225,94	R\$ 2.259,40

21	MESA DE MAYO MATERIAL: ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO INOX, ALTURA: ALTURA REGULÁVEL BORBOLETA AÇO INOX, COMPONENTES: BANDEJA AÇO INOX 58 X 48CM, OUTROS COMPONENTES: BASE AÇO INOX TIPO GARFO COM 2 RODÍZIOS	UNIDADE	10,00	R\$ 385,72	R\$ 3.857,20
22	MESA DE MAYO MATERIAL: ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO INOX, ALTURA: ALTURA REGULÁVEL C/ANEL FIXAÇÃO NO TUBO DA COLUNA, COMPONENTES: BANDEJA AÇO INOX 50 X 40CM, OUTROS COMPONENTES: 3 RODÍZIOS DE 2"	UNIDADE	2,00	R\$ 193,33	R\$ 386,66
23	BERÇO HOSPITALAR TIPO: AQUECIDO, MATERIAL DA ESTRUTURA: AÇO CARBONO, PINTURA ELETROSTÁTICA, COMPONENTES: SISTEMA CALOR IRRADIANTE, PAINEL CONTROLE: AJUSTE DIGITAL, VISOR ILUMINADO, BASE DO LEITO: LEITO MESA ACRÍLICO, ELÉTRICO, SENSOR: SENSORES TEMPERATURA, PÉS: PÉS RODÍZIOS, COMPONENTES 2: COLCHÃO, ACESSÓRIOS: SUPORTE SORO, BATERIA	UNIDADE	1,00	R\$ 17.007,00	R\$ 17.007,00
24	BERÇO HOSPITALAR MATERIAL DA ESTRUTURA: AÇO CARBONO, PINTURA ELETROSTÁTICA, BASE DO LEITO: LEITO CESTO EM ACRÍLICO, CREMALHEIRA, PÉS: PÉS C/ RODÍZIOS E TRAVAS, COMPONENTES 2: COLCHÃO	UNIDADE	1,00	R\$ 1.310,92	R\$ 1.310,92
25	MESA CIRÚRGICA TIPO ESTRUTURA: AÇO INOXIDÁVEL, ACABAMENTO TAMPO LEITO: COLCHÃO ALTA DENSIDADE FORRADO COURVIN PRETO, TIPO MOVIMENTO ELEVÇÃO: TRENDELEMBURG, REVERSO, LATERAL ESQUERDO E DIREITO, PERNEIRA: COM PERNEIRA, OMBREIRA: COM OMBREIRA, SUPORTE LATERAL: COM SUPORTE LATERAL, COMANDO MOVIMENTO: CONTROLE REMOTO, COMPRIMENTO: CERCA DE 1,90M, LARGURA: 80CM	UNIDADE	1,00	R\$ 47.875,00	R\$ 47.875,00
26	CARRO TRANSPORTE ROUPAS MATERIAL ESTRUTURA: POLIETILENO, QUANTIDADE TAMPAS: TAMPA BIPARTIDA, ACABAMENTO SUPERFICIAL: SUPERFÍCIE LISA, QUANTIDADE RODAS GIRATÓRIAS: 3 RODAS GIRATÓRIAS, COMPRIMENTO: CERCA DE 110CM, LARGURA: CERCA DE 80CM, ALTURA: CERCA DE 80CM, CAPACIDADE: CERCA DE 400L	UNIDADE	1,00	R\$ 1.845,00	R\$ 1.845,00
27	CARRO AÇO INOX PARA CURATIVO TIPO ESTRUTURA: GABINETE, 4 GAVETAS, PRIMEIRA COM DIVISÓRIAS, TIPO RODÍZIO: RODÍZIOS GIRATÓRIOS, ACESSÓRIOS: SUPORTE PARA BISNAGAS, GUARNIÇÕES E PÉS, MEDIDA: 50 X 60 X 80CMCM	UNIDADE	3,00	R\$ 1.076,67	R\$ 3.230,01

28	CARRO AÇO INOX PARA CURATIVO TIPO ESTRUTURA: ESTRUTURA TUBULAR E TAMPOS EM AÇO INOX, TIPO RODÍZIO: RODÍZIO 4", MEDIDA: 0,80 X 1,00 X 0,85CM	UNIDADE	2,00		R\$ 1.002,57	R\$ 2.005,14
29	INCUBADORA NEONATAL MATERIAL CÚPULA: CÚPULA DE ACRÍLICO, TIPO CÚPULA: DUPLA PAREDE, PAINEL CONTROLE: PAINEL DE CONTROLE DIGITAL, MÓDULO I: SERVO CONTROLE DE TEMPERATURA, UMIDADE, MÓDULO II: C/ BALANÇA, COMPONENTES: C/ MÍNIMO 5 PORTINHOLAS, MANGA ÍRIS, TIPO USO: RADIOTRASPARENTE, SUPORTE: ALTURA REGULÁVEL	UNIDADE	1,00	Catálogo	R\$ 44.493,20	R\$ 44.493,20
30	BALANÇA ELETRÔNICA CAPACIDADE PESAGEM: 500KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TENSÃO COM COMUTACAO AUTOMÁTICA 93,5 A 264VCA, TIPO: PISO, DIMENSÕES: 100 X 100CM, TIPO PAINEL: VISOR ELETRONICO MOVEL, SENSIBILIDADE: 100G, FREQUÊNCIA: 50/60HZ, MATERIAL: AÇO CARBONO	UNIDADE	3,00	Catálogo	R\$ 4.722,27	R\$ 14.166,81
31	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS TIPO*: TIPO RÉGUA, MATERIAL*: ALUMÍNIO ANODIZADO, ESCALA GRADUAÇÃO: C/ ESCALA MÉTRICA - MM E CM, COMPONENTE II: DESMONTÁVEL, C/ CURSOR DESLIZANTE, ADICIONAL: C/ BASE PLÁSTICA P/ PÉS, PORTÁTIL	UNIDADE	3,00		R\$ 672,00	R\$ 2.016,00
32	CARRO DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR ESTRUTURA: CHAPAS DE AÇO INOXIDÁVEL, SUPORTE: SUPORTE PARA MONITOR, BASE GIRATÓRIA, RODÍZIOS: COM RODÍZIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPORTE PARA PERFURO CORTANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: SUPORTE SORO E CILINDRO DE O2, ACESSÓRIOS: TÁBUA DE MASSAGEM CARDÍACA, ACESSÓRIOS 02: TRAVA DE GAVETAS COM LACRE	UNIDADE	2,00		R\$ 3.128,00	R\$ 6.256,00
33	DETECTOR FETAL TIPO: PORTÁTIL, AJUSTE*: AJUSTE DIGITAL E TELA GRÁFICA, MATERIAL: GABINETE PLÁSTICO, TIPO DE ANÁLISE: AUSCULTA BCF, FLUXO SANGUÍNEO PLACENTA E CORDÃO, FAIXA MEDIÇÃO: BCF ATÉ CERCA 200BPM, FREQUÊNCIA: ATÉ CERCA 2,2MHZ, FONTE ALIMENTAÇÃO: À BATERIA, COMPONENTES: C/ ALTO FALANTE, TRANSDUTOR, OUTROS COMPONENTES: ENTRADA AUXILIAR	UNIDADE	6,00		R\$ 507,54	R\$ 3.045,24

34	ELETROCARDÍOGRAFO APLICAÇÃO: ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAL, NÚMERO DE CANAIS: 3, 6 E 12, TIPO TELA DO CONSOLE: TELA CERCA DE 12 A 15" COM VISOR GRÁFICO, MODELO CONSOLE: OPERAÇÃO NO CONSOLE, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO, TRANSFERÊNCIA DE DADOS: COM E SEM FIO, IMPRESSORA: COM IMPRESSORA INTEGRADA	UNIDADE	2,00	Catálogo	R\$ 6.574,88	R\$ 13.149,76
35	ELETROCARDÍOGRAFO APLICAÇÃO: ADULTO E PEDIÁTRICO, NÚMERO DE CANAIS: 12 E 18, TIPO TELA DO CONSOLE: TELA CERCA DE 7 A 11" COM VISOR GRÁFICO, MODELO CONSOLE: OPERAÇÃO NO CONSOLE, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO E BATERIA RECARREGÁVEL, TRANSFERÊNCIA DE DADOS: COM E SEM FIO, IMPRESSORA: COM IMPRESSORA INTEGRADA	UNIDADE	2,00	Catálogo	R\$ 7.732,50	R\$ 15.465,00
36	ELETROENCEFALÓGRAFO MODELO: LAPTOP, HEADBOX, NÚMERO DE CANAIS: DE 25 A 256, RESOLUÇÃO DOS DADOS: DE 16 A 24 BITS, TAXA DE AMOSTRAGEM: DE 100 A 500 PONTOS/SEG, PARÂMETROS MÍNIMOS: ECG, EMG, FR SPO2, CO2 E POTENCIAL EVOCADO, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO E BATERIA RECARREGÁVEL, COMPONENTE: SOFTWARE BÁSICO, TIPO HARDWARE: SISTEMA OPERACIONAL COMPATÍVEL, TRANSFERÊNCIA DE DADOS: COM E SEM FIO	UNIDADE	1,00	Catálogo	R\$ 123.121,66	R\$ 123.121,66
37	NEGATOSCÓPIO MATERIAL ESTRUTURA: CHAPA AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA: MOLDURA EM AÇO PINTADO C/ TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, MATERIAL VISOR: ACRÍLICO TRANSLÚCIDO, COMPRIMENTO: 48CM, LARGURA: 78CM, ESPESSURA: 10CM, QUANTIDADE LÂMPADAS: LÂMPADAS FLUORESCENTES, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220V, APLICAÇÃO: C/ 2 CORPOS P/ FIXAÇÃO EM PAREDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRENDEDOR RADIOGRAFIA NO CORPO, TECLA LIGA/DESLIGA	UNIDADE	11,00	Catálogo	R\$ 515,00	R\$ 5.665,00
38	ENCERADEIRA TIPO: INDUSTRIAL, POTÊNCIA MOTOR: 0,75HP, TIPO MOTOR: MONOFÁSICO, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220V, DIÂMETRO ESCOVA: 350MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCOVA DE PÊLO, SUPORTE MADEIRA E LIXA	UNIDADE	1,00		R\$ 2.394,78	R\$ 2.394,78

39	BERÇO HOSPITALAR TIPO: AQUECIDO, COMPONENTES: SISTEMA CALOR IRRADIANTE, COMPONENTES 1: MISTURADOR GASES, FOTOTERAPIA LED, PAINEL CONTROLE: AJUSTE DIGITAL, VISOR GRÁFICO, BASE DO LEITO: LEITO MESA ACRÍLICO, MECÂNICO, SENSOR: SENSORES TEMPERATURA, PÉS: PÉS RODÍZIOS, ACESSÓRIOS: SUPORTE SORO, BALANÇA, ACESSÓRIOS 01: ILUMINAÇÃO AUXILIAR, TIPO USO: RADIOTRASPARENTE	UNIDADE	1,00	Catálogo	R\$ 31.456,18	R\$ 31.456,18
40	BERÇO HOSPITALAR TIPO: AQUECIDO, MATERIAL DA ESTRUTURA: AÇO CARBONO, PINTURA ELETROSTÁTICA, COMPONENTES: SISTEMA CALOR IRRADIANTE, PAINEL CONTROLE: AJUSTE DIGITAL, VISOR ILUMINADO, BASE DO LEITO: LEITO MESA ACRÍLICO, ELÉTRICO, SENSOR: SENSORES TEMPERATURA, PÉS: PÉS RODÍZIOS, COMPONENTES 2: COLCHÃO, ACESSÓRIOS: SUPORTE SORO, BATERIA	UNIDADE	1,00	Catálogo	R\$ 21.447,00	R\$ 21.447,00
41	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS TIPO*: TIPO BALANÇA PEDIÁTRICA, MODELO: ELÉTRICA, MATERIAL*: GABINETE PLÁSTICO, COMPONENTE I: C/ VISOR E AJUSTE DIGITAL, COMPONENTE II: CONCHA ANATÔMICA EM POLIPROPILENO INJETADO, COMPONENTE III: PÉS REGULÁVEIS, CAPACIDADE MÁXIMA CARGA: ATÉ 25KG	UNIDADE	4,00		R\$ 916,00	R\$ 3.664,00
42	OTOSCÓPIO TIPO: CLÍNICO, MODELO: FIBRA ÓTICA, PORTÁTIL, ALIMENTAÇÃO: BATERIA RECARREGÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÂMPADA HALÓGENA, JOGO DE ESPÉCULOS REUTILIZÁVEIS	UNIDADE	14,00		R\$ 301,93	R\$ 4.227,02
43	COMPADRE (URINOL) MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO	UNIDADE	5,00		R\$ 11,05	R\$ 55,25
44	COMADRE MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 2.000ML, TAMANHO: TAMANHO ADULTO PADRÃO MUNDIAL, TIPO: TIPO PÁ, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: C/ALÇA	UNIDADE	10,00		R\$ 166,16	R\$ 1.661,60
45	VENTILADOR ARTIFICIAL ELETRÔNICO MODELO: NEONATAL/PEDIÁTRICO/ADULTO, MODOS VENTILAÇÃO: VCV, SIMV, CPAP, A/C, VNI, BILEVEL, PARÂMETROS VENTILATÓRIOS: PARÂMETROS VC, FR, FIO2, PEEP, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: BATERIA INTERNA, C/ CINTA TORÁCICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 02: TELA MONITORIZAÇÃO GRÁFICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3: TOMOGRAFIA DE IMPEDÂNCIA ELÉTRICA TORÁCICA TIE, ALARMES: ALARMES AUDIOVISUAIS,	UNIDADE	1,00	Catálogo	R\$ 3.644,60	R\$ 3.644,60

	CIRCUITOS: COM CIRCUITOS E FILTROS					
46	VENTILADOR ARTIFICIAL ELETRÔNICO TIPO 01: TRANSPORTE, MODELO: PEDIÁTRICO/ADULTO, MODOS VENTILAÇÃO: VCV, SIMV, CPAP, PS, A/C, PARÂMETROS VENTILATÓRIOS: PARÂMETROS VC, FR, FIO2, PEEP, COMPONENTES: VÁLVULAS REGULADORAS DE PRESSÃO, ALARMES: ALARMES AUDIOVISUAIS	UNIDADE	1,00	catalogo	R\$ 2.577,40	R\$ 2.577,40
47	VENTILADOR NÃO INVASIVO TIPO*: GERADOR DE FLUXO, TIPO USO: EM REDE DE O2 E AR COMPRIMIDO, APLICAÇÃO: NEONATAL, MODOS VENTILAÇÃO: PRESSÃO EM SELO D'ÁGUA, FAIXA DE PRESSÃO: CERCA DE 0 A 15 CM H2O, CONTROLES: CONTROLE DE FLUXO E CONCENTRAÇÃO DE O2, VÁLVULA: VÁLVULA SEGURANÇA, COMPONENTE 3: MISTURADOR DE GASES, COMPONENTE 4: ALARME, ADICIONAL*: UMIDIFICADOR, ADICIONAL 1: TRAQUEIAS	UNIDADE	1,00	catalogo	R\$ 2.649,21	R\$ 2.649,21
48	EQUIPAMENTO CARDIOVERSOR EXTERNO SINCRONISMO: C/ MONITOR DE ECG E DESFIBRILADOR EXTERNO, PARÂMETROS MÍNIMOS: SPO2, TIPO GABINETE: TELA C/ VISOR GRÁFICO E PÁS EXTERNAS, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: ONDA BIFÁSICA, COMANDO NAS PÁS, ALARMES E MEMÓRIA, IMPRESSORA: SEM IMPRESSORA INTEGRADA, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO, BATERIA RECARREGÁVEL	UNIDADE	1,00	Catálogo	R\$ 19.767,41	R\$ 19.767,41
49	APARELHO FOTOTERAPIA FONTE ILUMINAÇÃO: C/ NO MÍNIMO 15 LEDS, PAINEL CONTROLE: PAINEL DE CONTROLE DIGITAL, VISOR ILUMINADO, SUPORTE: HASTE ARTICULADA, C/ ALTURA REGULÁVEL, PÉS: RODÍZIOS C/ TRAVAS, APLICAÇÃO: P/ RECÉM-NASCIDO	UNIDADE	2,00	catalogo	R\$ 3.480,00	R\$ 6.960,00
50	UNIDADE MÓVEL DE ANESTESIA MONITOR MULTIPARÂMETROS: INTEGRADO C/ TELA MÍNIMO DE 18" SENSÍVEL AO TOQUE, ROTÂMETRO: C/ CONTROLE DE FLUXO ELETRÔNICO,	UNIDADE	1,00	catalogo	R\$ 78.739,32	R\$ 78.739,32

	VAPORIZADOR: MULTIAGENTE P/ MÍNIMO 4, CONTROLE ELETRÔNICO, VENTILADOR PULMONAR: SENSOR FLUXO PRESSÃO DIFERENCIAL, TELA MÍNIMO 18", APLICAÇÃO: NEONATAL A OBESO, RECURSOS ADICIONAIS MÍNIMOS: LIMPEZA DO ANESTÉSICO DO CIRCUITO ATIVO E PASSIVO, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: MÍNIMO 10.000 EVENTOS, TRANSFERÊNCIA DE DADOS: C/ FIO, RECURSOS DE SEGURANÇA: CHECAGEM AUTOMATIZADA, BATERIA E ALARMES					
51	COLCHÃO USO HOSPITALAR MATERIAL: ESPUMA FLEXÍVEL POLIURETANO, REVESTIMENTO: C/ CAPA NÃO REMOVÍVEL, TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, DIMENSÕES (C X L X A): CERCA DE 198 X 68 X 15CM, DENSIDADE: CERCA DE D-28 A D-33KG/M3	UNIDADE	20,00		R\$ 414,36	R\$ 8.287,20
52	VENTILADOR DE EMERGÊNCIA PARA TRANSPORTE, MICROPROCESSADO, PORTÁTIL, DESTINADO AO TRANSPORTE DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS, PARA USO EM AMBULÂNCIA E TRANSPORTE INTRA HOSPITALAR. VENTILAÇÃO INVASIVA E NÃO INVASIVA COM COMPENSAÇÃO DE FUGAS, COM ÍNDICE DE PROTEÇÃO NO MÍNIMO IP31. PESO, NO MÁXIMO 4,0 KG MODOS VENTILATÓRIOS: VOLUME CONTROLADO/ASSISTIDO; PRESSÃO CONTROLADO/ASSISTIDO; SIMV E CPAP. SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO: MONITORAÇÃO ATRAVÉS DE TELA DIGITAL DOS SEGUINTE PARÂMETROS VENTILATÓRIOS: PRESSÃO DE VIAS AÉREAS; VOLUME MINUTO EXPIRATÓRIO; FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA; PEEP. SISTEMA DE CONTROLES: VOLUME CORRENTE: DE 50 A 2000 ML, NO MÍNIMO. TEMPO INSPIRATÓRIO DE 0,25 A 5 SEGUNDOS, NO MÍNIMO. FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA DE 2 A 60 RPM, NO MÍNIMO. SENSIBILIDADE AJUSTÁVEL A FLUXO E/OU A PRESSÃO PORCENTAGEM DE OXIGÊNIO AJUSTÁVEL DE 35 A 100%, NO MÍNIMO. PEEP/ CPAP AJUSTÁVEL ELETRONICAMENTE DE 0 A 20 CM H2O. PAUSA INSPIRATÓRIA E EXPIRATÓRIA DE PELO MENOS 5 SEGUNDOS PRESSÃO DE SUPORTE: DE 5 A 15 CMH20 NO MÍNIMO. PRESSÃO CONTROLADA/ASSISTIDA: DE 5 A 60 CMH20 NO MÍNIMO. VENTILAÇÃO DE APNEIA PARA TODOS OS MODOS VENTILATÓRIOS ESPONTÂNEOS, INCLUINDO CPAP. ALARMES AUDIOVISUAIS: PRESSÃO MÁXIMA E MÍNIMA DE VIAS AÉREAS APNEIA CARGA DE BATERIA BAIXA BAIXA PRESSÃO DE OXIGÊNIO. TECLA DE SILENCIAMENTO	UNIDADE	1,00	catalogo	R\$ 33.240,00	R\$ 33.240,00

	<p>DE ALARME POR 120 SEGUNDOS RECURSOS: BATERIA INTERNA, RECARREGÁVEL, COM AUTONOMIA DE NO MÍNIMO 4 HORAS. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA A PARTIR DE REDE AC/DC DE 100 A 240V/50 A 60HZ, COM COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA. POSSIBILIDADE FUTURA DE INCORPORAR MONITORAÇÃO DE CAPNOGRAFIA, TERAPIA O2 (ALTO FLUXO) E RECURSO RCP (RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR) ACESSÓRIOS MÍNIMOS: - 2 CIRCUITOS PARA CADA APARELHO, AUTOCLAVÁVEIS, DE FÁCIL MONTAGEM, LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO PARA PACIENTE ADULTO. - 2 SENSORES DE FLUXO ADULTO. - 2 VÁLVULAS EXPIRATÓRIAS COMPLETAS COM O DIAFRAGMA. - 1 MANGUEIRA PARA CONEXÃO DA REDE DE OXIGÊNIO. - SISTEMA DE FIXAÇÃO PARA SUPORTE EM MACAS. - DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.</p>					
53	<p>BISTURI ELÉTRICO - GERADOR ELETROCIRÚRGICO MICROPROCESSADO EM TODAS AS FUNÇÕES E ISOLADO, AÇIONAMENTO DE CORTE OU COAGULAÇÃO VIA CANETA OU VIA PEDAL, DISPONIBILIDADE DE SISTEMA REM PARA PROTEÇÃO DO PACIENTE CONTRA FUGAS DE CORRENTE, MONITORAÇÃO CONTINUA DA QUALIDADE DE CONTATO DO ELETRODO DISPERSIVO COM O PACIENTE, DISPLAYS DIGITAIS INDEPENDENTES PARA CORTE, COAGULAÇÃO E BIPOLAR, INDICAÇÃO SONORA DA FUNÇÃO EM USO COM TONALIDADE DISTINTA PARA CORTE E COAGULAÇÃO, FAIXA DE TRABALHO DO SISTEMA REM DE PELO MENOS 10 A 120 OHMS DE IMPEDÂNCIA MONITORADA COM TOLERÂNCIA DE PELO MENOS 30% NESTA FAIXA, SISTEMA DE COAGULAÇÃO SIMULTÂNEA PARA USO POR DOIS CIRURGIÕES, VARIAÇÃO AUTOMÁTICA DA POTÊNCIA</p>	UNIDADE	1,00	catalogo	R\$ 29.207,12	R\$ 29.207,12

	EM CASO DA VARIAÇÃO DA RESISTÊNCIA DO TECIDO, SISTEMA DE BLOQUEIO DO EQUIPAMENTO EM CASO DE FALHA SEM NECESSIDADE DE VISOR; DISPONIBILIDADE DOS SEGUINTES MODOS DE OPERAÇÃO: MODO BIPOLAR; CORTE MONOPOLAR; COAGULAÇÃO MONOPOLAR; POTÊNCIA DE CORTE MÁXIMA DE ATÉ, PELO MENOS, 300W; POTÊNCIA DE MODO BIPOLAR DE ATÉ, PELO MENOS, 70W; POSSIBILIDADE DE AÇÃO SIMULTÂNEA POR 2 CIRURGIÕES; ALÇA PARA FÁCIL TRANSPORTE; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA OU 220V; PESO MÁXIMO DE ATÉ 8,5 KG;. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ESTADO E CREDENCIADO AO CREA - PE					
54	EXTINTOR INCÊNDIO MATERIAL MANGUEIRA: BORRACHA, MATERIAL TRAMA: AÇO, MATERIAL VÁLVULA SAÍDA: LATÃO FORJADO, MATERIAL DIFUSOR: POLIETILENO, MATERIAL TUBO SIFÃO: ALUMÍNIO, MATERIAL CILINDRO: TUBO AÇO SEM COSTURA, CAPACIDADE: 6KG, PRESSÃO SERVIÇO: 126KGF/CM2, PRESSÃO TESTE: 210KGF/CM2, ACABAMENTO SUPERFICIAL CILINDRO: METAL BRANCO, TRATAMENTO SUPERFICIAL CILINDRO: PINTURA VERMELHA, NORMAS TÉCNICAS: NBR 11716, APLICAÇÃO: INCÊNDIO CLASSE "B" E "C", MATERIAL CARGA: DIÓXIDO DE CARBONO (CO2)	UNIDADE	25,00		R\$ 628,49	R\$ 15.712,25
55	MANÔMETRO TIPO: MINI, APLICAÇÃO: REGULADOR OXIGÊNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPATÍVEL C/APARELHO ANESTESIA TAKAOKA	UNIDADE	30,00		R\$ 227,88	R\$ 6.836,40
56	BOMBA DE INFUSÃO MATERIAL: POLICARBONATO, TIPO: VOLUMÉTRICAS (LINEAR), VAZÃO: 0,1 A 1500 ML/H, ADMINISTRAÇÃO: ENTERAL/PARENTERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALÇA PARA TRANSPORTE, TECLADO DE MEMBRANA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: COMPATÍVEL COM SERINGA, PROGAMAÇÃO: PROGAMAÇÃO ML/H, GOTAS, VOLUME/TEMPO, ALARME: ALARME, ACESSÓRIOS: BATERIA RECARREGÁVEL, DOSE: DOSE EM MG, MCG, MMOL E MEQ	UNID	5,00	catalogo	R\$ 2.900,00	R\$ 14.500,00
57	BONECO PARA TREINAMENTO DE RCP - PARA TREINAMENTO DE RCP.COM SENSOR ELETRONICO QUE UTILIZE PILHAS AA COM INDICATIVO LUMINOSO DE VENTILACAO E INDICADOR DE DISTENSAO GASTRICA,CONFECCIONADO EM BORRACHA	UNIDADE	1,00		R\$ 1.647,50	R\$ 1.647,50

58	BOLSA PARA MATERIAL DE RESGATE - CONFECCIONADA EM CORDURA (DUPORT), COM REVESTIMENTO TERMICO,NA COR PREDOMINANTE LARANJA,NAS DIMENSOES (0,38 X 0,38 X 0,18)CM, L X C X P,COM FECHAMENTO ATRAVES DE ZIPER PLASTIFICADOS E ALCAS RESISTENTES,CONSTITUIDA DE 1 KIT DE MATERIAIS PARA IMOBILIZACAO PROVISORIA, 1 KIT MATERIAIS DE QUEIMADURA, 1 KIT MATERIAIS VIAS AEREAS, 2 KIT PARA MATERIAIS DE APOIO, 1 KIT HOLSTER PARA PORTA INSTRUMENTOS,EM FORMATO RETANGULAR,UTILIZADA PARA ACONDICIONAR MATERIAIS DE ATENDIMENTO PRE-HOSPITALAR	UNIDADE	5,00		R\$ 340,14	R\$ 1.700,70
59	BOLSA PARA MATERIAL DE RESGATE - CONFECCIONADA EM NYLON,NA COR PREDOMINANTE AZUL,NAS DIMENSOES (52 X 36)CMALTURAXLARGURA,FECHO EM ZIPER EM TODOS BOLSOS, COM 4 BOLSOS INTERNOS,COM 01 DIVISORIA INTERNA DE ELASTICO,EM FORMATO RETANGULAR,UTILIZADA PARA RESGATE DE VITIMAS EM BARREIRAS E ALTURAS, COM DIVISORIA PARA ACONDICIONAMENTO DE MATERIAL DE IMOBILIZACAO E OXIGENACAO	UNIDADE	5,00		R\$ 418,21	R\$ 2.091,05
60	BOLSA PARA MATERIAL DE RESGATE - EM TECIDO 100% POLIESTER, IMPERMEAVEL,NA COR LARANJA E AZUL MARINHO,MEDIDAS APROXIMADAS DE 70,00X45,00X25,00MM (CXLXA) E 82L DE CAPACIDADE,ABERTURA SUPERIOR COM FECHAMENTO ATRAVES DE ZIPER Nº10,COM 2 ALCAS NA COR PRETA DE 50,00MM DE LARGURA, BOLSOS FRONTAIS E EM CADA LATERAL, NA PARTE INTERNA COM 4 BOLSOS COM FECHAMENTO EM ZIPER E 1 BOLSO EM TODA SUA EXTENSAO,FORMATORETANGULAR,PARA MATERIAIS DE PRIMEIROS SOCORROS	UNIDADE	5,00		R\$ 300,17	R\$ 1.500,85
61	FITA DE ISOLAMENTO DE AREA - FITA ZEBRADA PARA SINALIZACAO EM PLASTICO, AMARELO E PRETA, LARGURA DE 7CM, ACONDICIONADO EM ROLO COM 185 METROS	UNIDADE	10,00		R\$ 10,55	R\$ 105,50
62	ACESSORIO PARA RESTRICAO DE PACIENTE - KIT DE CONTENCAO MECANICA, IMOBILIZADOR HUMANIZADO COM 03 PARTES: TORAX, BRACOS E PERNAS,EM ESPUMA REVESTIDA COM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEAVEL, FITA EM POLIPROPILENO E VELCRO,RESISTENTE, LAVAVEL E DE FACIL HIGIENIZACAO	UNIDADE	1,00		R\$ 974,08	R\$ 974,08
63	ATADURA DE BORRACHA FAIXA SMARCH	UNIDADE	1,00		R\$	R\$

	- MEDINDO 5 CM X 2 M, CONFECCIONADA EMBORRACHA NA COR ROSA APRESENTANDO AS BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.				47,46	47,46
64	ATADURA DE BORRACHA FAIXA SMARCH - MEDINDO 12 CM X 2 M, CONFECCIONADA EM BORRACHA COR ROSA, APRESENTANDO AS BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS., EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	1,00		R\$ 13,74	R\$ 13,74
65	FLUXOMETRO - PARA AR COMPRIMIDO, CORPO DE LATAO POLIDO E CROMADO, COM ESCALA GRADUADA DE 0 A 15 L/MIN, COMPRIMENTO DA ESCALA APROXIMADAMENTE DE 150MM, BILHA DUPLA EM MATERIAL TRANSPARENTE INQUEBRÁVEL, FLUTUADOR ESFÉRICO EM AÇO INOXIDÁVEL, SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE PRESSÃO, ROSCAS CONFORME NORMA NBR 254, INCLUI: NORMALIZADO PELA ABNT	UNIDADE	5,00		R\$ 54,25	R\$ 271,25
66	FLUXOMETRO - PARA OXIGÊNIO, CORPO DE EM LATAO POLIDO E CROMADO, COM ESCALA GRADUADA DE 0 A 15 L/MIN., COMPRIMENTO DA ESCALA APROXIMADAMENTE DE 150MM, BILHA DUPLA EM MATERIAL TRANSPARENTE INQUEBRÁVEL, FLUTUADOR ESFÉRICO EM AÇO INOXIDÁVEL, SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE PRESSÃO, ROSCAS CONFORME NORMA NBR 254, INCLUI: NORMALIZADO PELA ABNT	UNIDADE	20,00		R\$ 48,58	R\$ 971,60

67	<p>IMOBILIZADOR LATERAL DE CABECA - FUNCAO DE IMOBILIZAR A CABECA E PESCOCO DA VITIMADE POSSIVEIS TRAUMAS NA REGIAO CERVICAL, CONSTITUIDO DE 5 PECAS, SENDO 2 P/ LATERAIS DA CABECA, 1 BASE P/ FIXAR A PRANCHA, 2 TIRANTES, DEVE SER USADO EM CONJUNTO COM O COLAR CERVICAL, CONFECCIONADOS EM ETIL VINIL ACETATO EXPANDIDO RETICULADO COM CELULAS FECHADAS, NA COR AMARELA, C/ DENSIDADE MIN 30 E MAX 40, REVESTIDA C/ 3 CAMADAS DE RESINA AG 9256 QUE TORNA A PECA IMPERMEAVEL, 240 MM DE COMPR. X 130 MM DE ALT X 70 MM DE LARG., 400 MM COMP. 250 MM ALT. X 9 MM ESP., REGIAO CENTRAL C/ ACOLCHOADO 100 X 250 X 9 MM, TIRANTE DA TESTA : 850 MM X 30 MM , TIRANTE QUEIXO : 820 MM X 30 MM, PECA LATERAL DA CABECA : PECA RETANGULAR CONFECCIONADA EM ETIL VINIL ACETATO COM ORIFICIO CENTRAL DE 80 MM DE DIAMETRO, BASE : EM ETIL VINIL ACETATO TENDO TODA A SUPERFICIE, RECOBERTO C/ LAMINADO REFORCADO DE POLIESTER, FACE SUPERIOR : PRESENCA DE 6 PECAS DE VELCRO ARGOLA DE 50 MM DE LARGURA X 130 MM DE COMPRIMENTO NA COR PRETA, FACE INFERIOR : 13 TIRANTES EM POLIPROPILENO DE30 MM DE LARGURA X45 MM DE COMPRIMENTO, TIRANTE DA TESTA : 850 MM DE COMPRIMENTO X 30 MM DE LARGURA, EM ALCADE POLIPROPILENO, NA COR PRETA</p>	UNIDADE	10,00		R\$ 111,04	R\$ 1.110,40
68	<p>TALA DE IMOBILIZACAO DE MEMBROS - PARA IMOBILIZACAO PROVISORIA DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES,TAMANHO 86,00X10,00CM</p>	UNIDADE	300,00		R\$ 44,00	R\$ 13.200,00
69	<p>CONE - DE SINALIZACAO EM PVC RIGIDO, NA COR LARANJA E BRANCO, COM 2 FAIXAS REFLETIVAS,MEDINDO 75CM DE ALTURA E BASE QUADRADA DE 40CM</p>	UNIDADE	6,00		R\$ 39,92	R\$ 239,52
70	<p>EQUIPAMENTO DE OXIGENIO PORTATIL - CILINDRO DE OXIGENIO MEDICINAL, EM ALUMINIO, COM CARRINHO DE TRANSPORTE,CAPACIDADE DE 5,00L,VALVULA REGULADORA COM SAIDAS,COM FLUXOMETRO DE 0 A 15,00L,USO: OXIGENACAO E RESPIRACAO,CONJUNTO DE UMIDIFICACAO 250,00ML,...</p>	UNIDADE	2,00		R\$ 1.723,96	R\$ 3.447,92

71	BOTA DE PROTECAO E COMBATE A INCENDIO - EM COURO BOVINO HIDROFUGADO,COLARINHO ACOLCHOADO, 1 GOMO REVESTIDO EM COURO VESTUARIO,CANO REVESTIDO EM MATERIAL TEXTIL TIPO TECIDO PLANO CORDURA OU SIMILAR,PUXADOR TRASEIRO EM FITA GORGURAO COM APROXIMADAMENTE 20,00MM,LINGUA EM COURO VESTUARIO, ESPESSURA ENTRE 0,90MM E 1,10MM,FORRACAO EM MULTIFILAMENTOS DE POLIESTER OU POLIAMIDA,CABEDAL DE CALCAR EM COURO BOVINO HIDROFUGADO COM TECNOLOGIA HIDORREPELENTE,PUXADOR TRASEIRO EM FITA GORGURAO,BIQUEIRA DE ACO, REVESTIDA EM TERMOPLASTICO DE ALTA DURABILIDADE, REFORCADA COM POLIESTER,SOLA EM BORRACHA DE ALTA RESISTENCIA A TEMPERATURA	UNIDADE	12,00		R\$ 735,10	R\$ 8.821,20
72	FOCO DE LUZ - AUXILIAR , PARA EXAMES CLINICOS E GINECOLOGICOS,COM LAMPADA DE LED (LUZ FRIA E BRANCA) E ESPELHO AUXILIAR,COM HASTE SUPERIOR FLEXIVEL E CROMADA, PEDESTAL COM HASTE INFERIOR PINTADA. PINTURA EM EPOXI DE ALTA RESISTENCIA. ALTURA VARIAVEL. BASE DO PEDESTAL COM MINIMO DE 04 RODIZIOS. ALIMENTACAO ELETRICA AUTOMATICA DE 110/220V, 50/60HZ , BIVOLT	UNIDADE	4,00		R\$ 450,19	R\$ 1.800,76
73	PRANCHA DE RESGATE - PRANCHA PARA USO EM RESGATE DE PACIENTES INFANTIS FABRICADO EM MATERIAL RIGIDO PROVIDO DE JOGO DE CINTOS COM 03 (TRES) PECAS,TAMANHO APROXIMADO DE NO MINIMO 110 MM X 40 MM PARA SUPORTAR APROXIMADAMENTE 100 KGS,TODOS OS DISPOSITIVOS E ACESSORIOS NECESSARIOS AO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO GARANTIA MINIMA DE 12 MESES PARA PECAS E SERVICOS PARA EFEITOS DE ANALISE E PARECER TECNICO DEVE ACOMPANHAR A PROPOSTA CATALOGO OU FOLDER EM PORTUGUES COM INFORMACOES QUE PERMITAM IDENTIFICAR AS CARACTERISTICAS TECNICAS DO PRODUTO OFERTADO	UNIDADE	2,00		R\$ 418,50	R\$ 837,00
74	SUPORTE DE BRACO - BASE COM 4 RODIZIOS,HASTE EM ACO INOX AISI 304,CONCHA EM CHAPA DE ACO ESMALTADA, ACOLCHOADA E REVESTIDA, MOVIMENTO E ALTURA REGULAVEIS POR MANIPULO	UNIDADE	5,00		R\$ 192,60	R\$ 963,00

75	SUORTE PARA CILINDRO - CONFECCIONADO EM ESMALTADO, PARA OXIGENIO, PARA UM CILINDRO 10M3, COM FIXACAO ATRAVES DE PRESILHA, COM DUAS RODAS MACIAS, DIMENSOES: PARA ACOMODAR CILINDRO DE 10M3	UNIDADE	20,00		R\$ 322,00	R\$ 6.440,00
76	SUORTE PARA SACO HAMPER - MOVEL, EM ACO INOXIDAVEL, COM FORMATO CIRCULAR, PES COM RODIZIOS, DIMENSOES: 0,50 X 0,80M	UNIDADE	10,00		R\$ 266,67	R\$ 2.666,70
77	BALANCA PESA BEBE - BALANCA DIGITAL, PARA RN, CAPACIDADE PARA 15KG, CONCHA FABRICADA EM ANATOMICA QUE PERMITA PESAR O BEBE DE FORMA CONFORTAVEL E SEGURA, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLASTICO, FRACOES DE 05GR, ACOMPANHAM COLCHAO REVESTIDO DE CAPA PLASTICA, VOLTAGEM 220V-60HZ, DEMAIS INFORMACOES COMPLEMENTARES VIDEEDITAL.	UNIDADE	2,00		R\$ 697,33	R\$ 1.394,66
78	CANETA - PARA BISTURI, BIPOLAR, TIPO PINÇA, PLUG GROSSO, REVESTIDA C/MATERIAL AUTOCLAVAVEL E ADAPTAVEL A QUALQUER MARCA.	UNIDADE	5,00	catalogo	R\$ 368,44	R\$ 1.842,20
79	CABO DE BISTURI - EM ACO INOX, COM DIAMETRO DE 04, COM 20 CM, 21 CM, 22 CM, 23 CM, 24 CM	UNIDADE	5,00	catalogo	R\$ 8,91	R\$ 44,55
80	EQUIPAMENTO PARA ESTERILIZAÇÃO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL APLICAÇÃO: VAPOR BAIXA TEMPERATURA TIPO USO: MICROPROCESSADO CAPACIDADE: CERCA DE 700 L CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PORTA DUPLA, TELA DE TOQUE, AMBIENTE VÁCUO COMPONENTES: ALARMES VISUAL E SONORO, BOTÃO EMERGÊNCIA OUTROS COMPONENTES: COM CESTOS 220V	UNIDADE	1,00	catalogo	R\$ 7.655,70	R\$ 7.655,70
81	EQUIPAMENTO PARA ESTERILIZAÇÃO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL APLICAÇÃO: VAPOR BAIXA TEMPERATURA E FORMALDEÍDO 2% TIPO USO: MICROPROCESSADO CAPACIDADE: 130 L CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PORTA DUPLA, TELA DE TOQUE, AMBIENTE VÁCUO COMPONENTES: ALARMES VISUAL E SONORO, BOTÃO EMERGÊNCIA OUTROS COMPONENTES: DOIS CESTOS 220V	UNIDADE	1,00	catalogo	R\$ 9.865,75	R\$ 9.865,75

82	ANDADOR ORTOPÉDICO MATERIAL: ALUMÍNIO ANODIZADO, TIPO CONSTRUTIVO: DUPLA BARRA SUSTENTAÇÃO, TIPO PÉS: PÉS COM PONTEIRAS POLIURETANO, ALTURA: ALTURA REGULÁVEL, APLICAÇÃO: ADULTO	UNIDADE	9,00		R\$ 103,00	R\$ 927,00
83	APARELHO ELETROESTIMULADOR NEUROMUSCULAR COMPONENTES: MULTICORRENTE MICROPROCESSADO, ADICIONAIS: TENS, VLP, VFP, VPF, VIF, BURST, FES COM VARIAÇÕES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CORRENTE RUSSA, GALVÂNICA 8KHZ, OPERAÇÃO: INTERFERENCIAL BIPOLAR, TETRAPOLAR	UNIDADE	5,00	catalogo	R\$ 1.530,61	R\$ 7.653,05
84	APARELHO ULTRASSONOGRRAFIA FREQUÊNCIA EMISSÃO: 1 E 3MHZ, VOLTAGEM: 110 / 220V, APLICAÇÃO: MODO OPERAÇÃO CONTÍNUO E PULSADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIMER,TECLADO DE TOQUE,VISOR NUMÉRICO DIGITAL, COMPONENTES: TRANSDUTOR DE ENTRADA DE 7CM², USO: TRATAMENTO FISIOTERÁPICO E ESTÉTICO	UNIDADE	5,00	catalogo	R\$ 1.438,75	R\$ 7.193,75
85	DIVÃ CLÍNICO MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA, COMPRIMENTO: 1,80M, LARGURA: 1,30M, ALTURA: 0,50M, MATERIAL ESTOFAMENTO: COM ESPUMA D33, REVESTIMENTO: REVESTIDO EM COURVIN, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: TIPO TABLADO	UNIDADE	5,00		R\$ 1.228,13	R\$ 6.140,65
86	MATERIAL FISIOTERAPIA TIPO: ESCADA, MODELO: 2 DEGRAUS, MATERIAL: ESTRUTURA MADEIRA C/ REVESTIMENTO ANTIDERRAPANTE, TAMANHO: CERCA DE 50 X 35 X 50 CM, CAPACIDADE: MÍNIMO 150KG	UNIDADE	3,00		R\$ 183,76	R\$ 551,28
87	MATERIAL FISIOTERAPIA TIPO: MASSAGEADOR, MODELO: ELÉTRICO A BATERIA, MATERIAL: POLÍMERO, APLICAÇÃO: FACIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA ATIVA EM UMA EXTREMIDADE, APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COM CERCA DE 4 PONTEIRAS	UNIDADE	2,00	catalogo	R\$ 297,23	R\$ 594,46
88	BICICLETA HORIZONTAL EXERCÍCIOS REABILITAÇÃO FÍSICA MODELO: CICLOERGÔMETRO COMPUTADORIZADO, PORTÁTIL, APLICAÇÃO: P/ BRAÇO E PERNA, USO NO LEITO, TIPO PINTURA: ELETROSTÁTICA, BASE ARTICULÁVEL E REGULÁVEL, TIPO PAINEL: TELA AJUSTE DIGITAL, TIPO MEDIÇÃO: SIMETRIA, TÔNUS, FORÇA, AJUSTE: TREINO PASSIVO, ATIVO E ASSISTIDO, ACESSÓRIOS: PESEIRA, MANOPLA, C/ SUSTENTAÇÃO MEMBROS	UNIDADE	8,00	Catálogo	R\$ 5.092,98	R\$ 40.743,84

89	MATERIAL FISIOTERAPIA TIPO: RAMPA DE EQUILÍBRIO AJUSTÁVEL, MATERIAL: MADEIRA, APLICAÇÃO: FISIOTERAPIA, TAMANHO: 30 X 10 X 40, COMPONENTES ADICIONAIS: PISO SINTÉTICO ANTIDERRAPANTE, BASE EM EVA	UNIDADE	3,00		R\$ 176,50	R\$ 529,50
90	MATERIAL FISIOTERAPIA TIPO: RODA DE OMBRO, MATERIAL: ESTRUTURA AÇO C/ PINTURA ELETROSTÁTICA E MADEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AJUSTE DE ALTURA DA RODA E DO RAIO DA MANOPLA	UNIDADE	1,00		R\$ 1.606,33	R\$ 1.606,33
91	MATERIAL FISIOTERAPIA TIPO: SIMETRÓGRAFO, MATERIAL: ALUMÍNIO ANODIZADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PORTÁTIL, COMPONENTES: C/ PLATAFORMA P/ NIVELAMENTO	UNIDADE	1,00		R\$ 861,64	R\$ 861,64
92	MATERIAL FISIOTERAPIA TIPO: PRANCHA PROPRIOCEPÇÃO, MATERIAL: MADEIRA REVESTIDA COM ANTIDERRAPANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RETANGULAR, COMPONENTES: COM 4 RODÍZIOS, DIMENSÃO: CERCA DE 50 X 20CM	UNIDADE	3,00		R\$ 166,19	R\$ 498,57
93	MATERIAL FISIOTERAPIA TIPO: ESPELHO DE POSTURA, MATERIAL: MOLDURA EM MADEIRA, APLICAÇÃO: CHASSIS EM AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM RODÍZIOS GIRATÓRIOS COM TRAVA	UNIDADE	2,00		R\$ 320,00	R\$ 640,00
94	MATERIAL FISIOTERAPIA TIPO: BALANÇIM, MATERIAL: FERRO PINTURA EPÓXI, APOIO PÉS ALUMÍNIO	UNIDADE	3,00	Catálogo	R\$ 230,00	R\$ 690,00
95	ESTEIRA ERGOMETRICA - COM COMANDO MULTIPROGRAMAVEL, VELOCIDADE DE PELO MENOS 0 A 24KM/H, E ELEVACAO DE PELO MENOS 0 A 26%, APROXIMADAS DE 2500MM X 1250MM X 900MM, MOTOR DE TRACAO QUE PERMITA O FUNCIONAMENTO SEGURO DO EQUIP.SEM SOBRECARGAS E SEM REDUCAO DE ROTACAO, PROTOCOLOS DE BRUCE, BRUCE MODIFICADO, MINI BRUCE, NAUGHTON, ELLESTAD, BALKE-WARE, RAMPA, ETC, APOIO FRONTAL E NAS DUAS LATERAIS, COM MICROCOMPUTADOR E SISTEMAS DE ECG COMPUTADORIZADOS, 220V-60HZ, CHAVE DE SEGURANCA QUE PARA O EQUIPAMENTO NO CASODE QUEDA DO USUARIO, MANUAIS,GARANTIA,INSTALACAO,TREINAMENTO,ASSIST.TECNICA, DEMAIS INF. COMPLEMENTARES VIDE EDITAL.	UNIDADE	2,00	Catálogo	R\$ 2.433,98	R\$ 4.867,96

96	ESTEIRA ERGOMETRICA - ESTEIRA ERGOMETRICA DADOS DE DESEMPENHO INTERATIVO E DE FACIL LEITURA SISTEMA DE INCLINACAO MANUAL 0 OU 5 PORCENTO MONITORAMENTO DE FREQUENCIA CARDIACA POR SENSOR DE LOBULO DE ORELHA LUBRIFICACAO MANUAL ESTRUTURA DE ACO COM PINTURA ELETROSTATICA A PO COM ACABAMENTO DE BORRACHA E CARENAGEM EM POLIPROPILENO,,VELOCIDADE MAXIMA 20KM/H, INCLINACAO MAXIMA DE 15 PORCENTO.DIMENSOES 140X85X209 CM (AXLXP) PESO 170 KG.,MOTOR 4.0 HP.,CONTROLES DO EXERCICIO: VELOCIDADE, TEMPO, DISTANCIA PERCORRIDA, CALORIAS.,APOIO FRONTAL E NAS DUAS LATERAIS,COM MICROCOMPUTADOR E SISTEMAS DE ECG COMPUTADORIZADOS,TENSAO 110 OU 220 VOLTS 50/60 HZ,CHAVE DE SEGURANCA QUE PARA O EQUIPAMENTO NO CASO DE QUEDA DO USUARIO,DEMAIS INFORMACOES COMPLEMENTARES VIDE EDITAL.	UNIDADE	2,00	Catálogo	R\$ 5.338,85	R\$ 10.677,70
97	MULETA - DE ALUMINIO, TIPO CANADENSE, COM REGULAGEM VARIAVEL, COM PONTEIRA DE BORRACHA ANTI-DERRAPANTE	UNIDADE	10,00		R\$ 93,06	R\$ 930,60
98	BICICLETA ERGOMETRICA - ESTRUTURA EM ACO REVESTIDA COM PINTURA ELETROSTATICA A PO COM ACABAMENTO EM BORRACHA; DISPENSA USO DE ENERGIA ELETRICA,PROFISSIONAL HORIZONTAL,11 PROGRAMAS DE TREINAMENTO; DISPLAY INTERATIVO MULTIFUNCIONAL EM LCD; GRAFICO DE DESEMPENHO INTERATIVO E DE FACIL LEITURA; MONITORAMENTO CARDIACO,ASSENTO ANATOMICO E AMPLO COM REGULAGEM DE DISTANCIA E APOIO PARA AS COSTAS; SISTEMA DE CARGA ELETROMAGNETICO; RODAS NA PARTE FRONTAL; RESISTENCIA: ELETROMAGNETICA COM 8 NIVEIS; FAIXA DE RESISTENCIA: 4,9 A 39,2 NM (0,5 A 4 KGFM),330 LBS / 150 KG; DIMENSOES: 155 CM X 63 CM X 130 CM (CXLXA); PESO: 43,6 KG; OPCOES DE IDIOMA: UMA (INGLES, ESPANHOL OU PORTUGUES); GARANTIA LIMITADA: 3 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICACAO	UNIDADE	4,00	catálogo	R\$ 4.108,70	R\$ 16.434,80

99	MESA GINECOLÓGICA ESTRUTURA: TUBO AÇO, MATERIAL LEITO: CHAPA AÇO INOX, ESTOFADO EM COURVIN, TIPO MOVIMENTO: LEITO COM TRÊS SEÇÕES MÓVEIS COM REGULAGEM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BALDE AÇO INOX, MATERIAL PORTA-COXA: PORTA-COXAS ESTOFADO, COMPONENTES ADICIONAIS: GAVETA EM AÇO INOX	UNIDADE	3,00	Catálogo	R\$ 945,91	R\$ 2.837,73
100	ESCADA HOSPITALAR. NÚMERO DEGRAUS: 2 DEGRAUS. MATERIAL: ESTRUTURA E PISO EM AÇO INOXIDÁVEL. REVESTIMENTO DEGRAU E SAPATA: COM REVESTIMENTO ANTIDERRAPANTE DIMENSÃO (C X L X A): CERCA DE 45 X 45 X 50 CM. CAPACIDADE DE CARGA: MÍNIMO DE 150 KG	UNIDADE	8,00		R\$ 167,67	R\$ 1.341,36
101	COLCHÃO D'ÁGUA - USO EM SAÚDE MODELO: CAIXA DE OVO C/ ORIFÍCIO ABERTO FORMATO: ARTICULADO MATERIAL: POLÍMERO RESISTENTE, IMPERMEÁVEL DIMENSÕES (COMP X LARG): CERCA DE 185 X 80 CM CAPACIDADE: ATÉ 130 KG	UNIDADE	5,00		R\$ 212,74	R\$ 1.063,70
102	AUTOCLAVE PARA ESTERILIZAÇÃO TIPO: HORIZONTAL DE SOLO FUNCIONAMENTO: PRÉ VÁCUO AGENTE: VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO CAPACIDADE: DE 151 A 350 L ABASTECIMENTO DE ÁGUA: AUTOMÁTICO CICLOS MÍNIMOS: TESTE E BÁSICOS PAINEL CONTROLE: C/ VISOR E AJUSTE DIGITAL NÚMERO DE PORTAS: 2 PORTAS COMPONENTE: C/ DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA REGISTRO DO CICLO: C/ IMPRESSORA INTEGRADA	UNIDADE	1,00	Catálogo	R\$ 164.166,67	R\$ 164.166,67
103	AUTOCLAVE PARA ESTERILIZAÇÃO TIPO: HORIZONTAL DE SOLO FUNCIONAMENTO: PRÉ VÁCUO AGENTE: VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO CAPACIDADE: DE 151 A 350 L ABASTECIMENTO DE ÁGUA: AUTOMÁTICO CICLOS MÍNIMOS: TESTE E BÁSICOS PAINEL CONTROLE: C/ VISOR E AJUSTE DIGITAL NÚMERO DE PORTAS: 1 PORTA COMPONENTE: C/ DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA REGISTRO DO CICLO: C/ IMPRESSORA INTEGRADA	UNIDADE	1,00	Catálogo	R\$ 193.829,15	R\$ 193.829,15
104	ESTUFA LABORATÓRIO TIPO: P/ SECAGEM À VÁCUO MATERIAL*: GABINETE AÇO INOX AJUSTE: AJUSTE MECÂNICO, BOTÃO CONTROLE TEMPERATURA CAPACIDADE: CERCA DE 150 L TEMPERATURA: ATÉ 200 °C COMPONENTES: C/ ATÉ 5 BANDEJAS, PORTA VIDRO	UNIDADE	2,00	Catálogo	R\$ 3.113,88	R\$ 6.227,76

105	IMPRESSORA RADIOLÓGICA TIPO: COLORIDA AJUSTE: PAINEL CONTROLE DIGITAL, MICROPROCESSADO COMPATIBILIDADE: FILME RADIOLÓGICO E PAPEL CAPACIDADE: ATÉ 5 BANDEJAS, ATÉ 5 CASSETE	UNIDADE	1,00	Catálogo	R\$ 3.178,50	R\$ 3.178,50
106	OXÍMETRO USO MÉDICO TIPO: MESA FAIXA MEDIÇÃO SATURAÇÃO 1: 0 A 100% FAIXA MEDIÇÃO PULSO 1: CERCA DE 20 A 250 BPM AUTONOMIA SISTEMA 1: CERCA 16 H ALIMENTAÇÃO: REDE ELÉTRICA ACESSÓRIOS: C/ SENSOR	UNIDADE	4,00	Catálogo	R\$ 714,00	R\$ 2.856,00
					Total	R\$ 1.547.007,19

3.2. Os equipamentos sujeitos ao controle sanitário deverão possuir registro ou cadastro válido junto à ANVISA, conforme legislação aplicável.

3.3. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 1.547.007,19 (Um milhão, quinhentos e quarenta e sete mil, sete reais e dezenove centavos)**, apurado com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e normativos correlatos.

3.4. DA GARANTIA DOS PRODUTOS (EQUIPAMENTOS HOSPITALARES)

3.4.1. Os produtos deverão dispor de prazo de garantia de no mínimo 12 (Doze) meses.

3.4.2. Apresentando defeitos ou falhas dentro do prazo de garantia, a contratada deverá prestar total assistência técnica do prazo de até 48 (Quarenta e Oito) horas após a notificação.

3.4.3. Os problemas apresentados deverão ser solucionados no prazo de até 15 (Quinze) dias. No caso de ultrapassar o prazo, o produto deverá ser substituído por um novo, sem custos adicionais a contratante.

4.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

4.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

4.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

4.4. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 5.1. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;
- 5.2. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;
- 5.3. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 121 da lei Nº 14.133/21, com suas alterações;
- 5.4. Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como: transporte, frete, carga e descarga;
- 5.5. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato;
- 5.6. A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 155 da Lei 14.133/21;
- 5.7. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos, bem como, efetuar a substituição, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue fora das especificações constantes da proposta apresentada;
- 5.8. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes do fornecimento, respondendo por eles nos termos do Art. 121 da lei Nº 14.133/21;
- 5.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato;
- 5.10. Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato e efetuar-los de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do contrato;
- 5.11. Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;
- 5.12. Responder civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por seus empregados dolosa ou culposamente;
- 5.13. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- 5.14. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos, na execução do contrato;
- 5.15. Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido em lei;

5.16. Informar na proposta a qualificação do Representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e Profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);

5.17. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

5.18. Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE por terceiros;

5.19. Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus fiscais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;

5.20. Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

6.0.DA FORMA E CRITERIOS DE SELEÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

6.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

6.2. Participação de Consórcio:

6.2.1. É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios pode reduzir o universo da disputa. O consórcio pode retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Conforme Acórdão n.º 1165/2012-Plenário, TC 037.773/2011-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 16.5.2012: Fica ao juízo discricionário da Administração Pública a decisão, devidamente motivada, quanto à possibilidade de participação ou não em licitações de empresas em consórcio.

7.0.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos hospitalares, com o objetivo de atender às necessidades operacionais e assistenciais do Fundo Municipal de Saúde do Município de Feira Nova – PE. Essa iniciativa visa fortalecer a infraestrutura física e tecnológica das unidades de saúde vinculadas ao Fundo, promovendo maior eficiência na prestação dos serviços públicos de saúde.

7.2. A aquisição abrangerá equipamentos hospitalares, mobiliários clínicos, equipamentos de diagnóstico, esterilização, suporte assistencial, emergência e monitoramento, indispensáveis ao funcionamento adequado das unidades de saúde municipais. Os equipamentos deverão atender aos requisitos mínimos de desempenho, qualidade e compatibilidade com os protocolos clínicos e operacionais adotados pela administração pública, conforme especificações técnicas previamente definidas.

7.3. A implementação da solução permitirá a substituição de equipamentos obsoletos ou em estado inadequado de uso, que comprometem a segurança do paciente e a efetividade dos atendimentos. Além disso, possibilitará a ampliação da capacidade de resposta das unidades de saúde, com suporte a procedimentos mais modernos, seguros e humanizados. A renovação dos equipamentos contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade assistencial, redução de riscos e maior conforto aos usuários e profissionais da saúde.

7.4. A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, com julgamento pelo critério de menor preço por item, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para cada componente da solução. Essa abordagem garante economicidade, transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

7.5. Em síntese, a solução proposta representa um investimento estratégico na modernização da infraestrutura hospitalar do Fundo Municipal de Saúde, com impacto direto na qualidade dos serviços prestados, na segurança dos atendimentos e na capacidade de resposta da administração às demandas da população de Feira Nova – PE.

7.6. A contratada deverá assegurar assistência técnica autorizada, própria ou credenciada, apta ao atendimento da manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos.

8.0. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do Município, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato:

8.1.1. Entrega: 20 (Vinte) dias.

8.2. Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

8.3. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: **12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste**; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

8.4. A Administração poderá solicitar catálogo, manual, folder ou ficha técnica dos equipamentos ofertados para verificação da compatibilidade com as especificações do Termo de Referência.

9.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO – REAJUSTE

9.1. Os preços contratados são fixos e irajustáveis no prazo de um ano.

9.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

9.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

10.0. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Município, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: **Em até 30 dias contados da entrega dos produtos e nota fiscal devidamente atestada.**

10.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

10.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

11.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

11.2.A entrega dos produtos deverá ocorrer em **até 20 (vinte) dias** após a emissão da autorização de fornecimento/pedido, devendo ser entregue a contratante no horário de expediente (das 08:00 às 13:00 horas), no seguinte endereço:

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA
Endereço: Rua Santos Dumont, 65 - Centro, Feira Nova – PE | CEP: 55715-000

11.3.O objeto será recebido por servidor designado, na forma do Inciso II, do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21, nos prazos e nos termos estabelecidos neste instrumento, sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão recebidos:

- a) **Provisoriamente:** de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do serviço com as exigências contratuais, bem como das informações e valores contidos na nota fiscal eletrônica.
- b) **Definitivamente:** por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11.4. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1. Serão designados pelo município representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

Serão atribuições do gestor do contrato:

- a. Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
- b. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- c. Emitir avaliação do prazo de prestação e qualidade dos produtos;
- d. Realizar reunião inicial com a contratada e solicitar dados e contatos do preposto;
- e. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- f. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- g. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- h. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- i. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- j. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
- k. Recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização;

Serão atribuições do fiscal do contrato:

- a. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada.
- b. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.
- c. Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.
- d. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos.
- e. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- f. Recusar o fornecimento quando visivelmente irregular, não aceitando diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação ou respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- g. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
- h. Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;
- i. Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

13.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

- a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
- c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
- d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
- f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês ou cobrado judicialmente.

14.0.DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, não são admitidas neste objeto.

14.2 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

15.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4.Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.5.O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.6.O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.7.Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.8.Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

15.9.O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

15.10. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.11. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

15.12. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.13. Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.0. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

16.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.0. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

17.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Arts. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

17.2. A contratada deverá prestar assistência técnica no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após a notificação.

18.0. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

300101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.0067.1097.0000 – Bloco da Estruturação Atenção de Média e Alta complexidade

10.302.0067.1097.0000 – Bloco da Estruturação Atenção de Média e Alta complexidade

4.4.90.00 – Fichas: 300, 682 e 683

Feira Nova - PE, 10 de novembro de 2025.

ROSIKELLE JOSEFA DE MORAIS
Responsável



ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA - PE.

OBJETO: Contratação de empresa objetivando o fornecimento parcelado de Equipamentos Hospitalares, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Feira Nova.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Aspirador Cirúrgico Modelo: Elétrico Móvel, Pressão De Vácuo: Cerca De 650 Mmhg, Fluxo De Aspiração: De 15 A 30 Lpm, Tipo Frasco: 2 Frascos Em Plástico, Volume: Cerca De 5 L X 5 L, Componentes: Sistema Antitransbordamento, Filtro Bacteriológico, Adicionais: Acionamento Por Pedal		UNIDADE	3		
2	Desfibrilador Externo Modelo: Desfibrilador Externo Automático – Dea, Modo De Funcionamento: Automático, Semiautomático E Manual, Forma De Onda: Retilíneo Bifásico, Recursos: Auxílio Pcr C/ Registro De Eventos, Autonomia Da Bateria (Nº De Choques): Mínimo 300 Choques, Alimentação: Bateria Recarregável, Transferência De Dados: Com E Sem Fio		UNIDADE	2		
3	Módulo Monitor Multiparâmetro Tipo De Análise: P/ Débito Cardíaco, Pi, Pni, Oximetria, Ecg E Resp, Compatibilidade Equipamento: Compatível Com Equipamento		UNIDADE	5		
Etc.						

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA - PE.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA - PE.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00026/2026

CONTRATO Nº:-/-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o município de Casinhas, estado de Pernambuco, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** - Rua Santos Dumont, 65 - Centro - Feira Nova - PE, CNPJ nº 11.472.134/0001-21, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde Danielle Chaves Gomes da Silva, Brasileira, Casada, Farmacêutica, residente e domiciliada na Rua São José, 182 - Centro - Feira Nova - PE, CPF nº 038.601.464-75, Carteira de Identidade nº 5901522 SSP/PE, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - -, CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - -, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00010/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 73 PMFN/PE, de 17 de Novembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada, tem por objeto: Contratação de empresa objetivando o fornecimento parcelado de Equipamentos Hospitalares, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Feira Nova.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00010/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1						
2						
Etc.						

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços poderão sofrer reajustes, obedecidos os seguintes critérios:

1. Solicitação formal do representante legal da empresa, acompanhada de toda a documentação comprobatória necessária, ou no caso de o reajuste partir do Fundo Municipal de Saúde, deverá ser precedido de pesquisa adequada, munida de todos os parâmetros definidos pela Lei Federal 14.133/21;
2. Para condição de marco temporal, será conhecida a efetivada data do orçamento estimado elaborado pela administração pública, independente do prazo do contrato.
3. O período para reajuste poderá ocorrer durante a vigência do contrato, utilizando como base o índice IPCA-IBGE, sendo possível utilização de outras formas de avaliação de reajuste, desde que previamente aprovadas pelo setor jurídico do município.

Ocorrendo de o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado por motivo superveniente, serão convocados os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mantendo o objeto cotado, qualidade e especificações.

Caso não ocorra a aceitação da redução, poderão ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

O realinhamento deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia nos sistemas de banco de dados, índices ou tabelas oficiais, contratos vigentes de outros órgãos públicos, a fim de formar uma cesta de preços, para determinação da justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:

300101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.0067.1097.0000 – Bloco da Estruturação Atenção de Média e Alta complexidade

10.302.0067.1097.0000 – Bloco da Estruturação Atenção de Média e Alta complexidade

4.4.90.00 – Fichas: 300, 682 e 683

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: **Em até 30 (trinta) dias contados, do fornecimento do produto e a entrega da nota fiscal devidamente ao setor competente**

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato:

a - Entrega: A entrega dos produtos deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias após a emissão da autorização de fornecimento/pedido.

A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

9.1. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;

9.2. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;

9.3. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 121 da lei Nº 14.133/21, com suas alterações;

- 9.4. Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como: transporte, frete, carga e descarga;
- 9.5. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato;
- 9.6. A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 155 da Lei 14.133/21;
- 9.7. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos, bem como, efetuar a substituição, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue fora das especificações constantes da proposta apresentada;
- 9.8. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes do fornecimento, respondendo por eles nos termos do Art. 121 da lei Nº 14.133/21;
- 9.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato;
- 9.10. Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato e efetuá-los de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do contrato;
- 9.11. Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;
- 9.12. Responder civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por seus empregados dolosa ou culposamente;
- 9.13. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- 9.14. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos, na execução do contrato;
- 9.15. Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido em lei;
- 9.16. Informar na proposta a qualificação do Representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e Profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);
- 9.17. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 9.18. Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE por terceiros;

9.19. Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus fiscais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;

9.20. Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, no prazo de até **05 (Cinco) dias**, de acordo com a autorização de compra expedida pelo setor de compras, em dias úteis, no horário de 08:00 às 13:00 horas, no seguinte endereço:

Local: Secretaria de Saúde

Endereço: Rua Santos Dumont, nº 65, Centro, Feira Nova – PE.

E-mail: setordecompras.fn@gmail.com

CEP: 55.715-000

4.2. O objeto será recebido por servidor designado pela administração, nos prazos e nos termos estabelecidos neste Termo de Referência, sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão recebidos:

a) **Provisoriamente:** no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do produto, com as especificações contidas, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório;

b) **Definitivamente:** no prazo máximo de até 02 (dois) dias, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução

parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO:

Cabe ao GESTOR DO CONTRATO:

Ficará responsável pela gestão da execução deste instrumento contratual a servidor(a) ... – CPF nº ..., lotado na função de GESTOR DE CONTRATO.

- a) Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
- b) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- c) Emitir avaliação do prazo de entrega e qualidade dos materiais;
- d) Realizar reunião inicial com a contratada e solicitar dados e contatos do preposto;
- e) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- f) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- g) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- h) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- i) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- j) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
- k) Recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização;

Cabe ao FISCAL DO CONTRATO:

Ficará responsável pela fiscalização da execução deste instrumento contratual a servidor(a) ... – CPF nº ..., lotado na função de FISCAL DE CONTRATO.

- a) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada.

- b) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias do fornecimento do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.
- c) Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.
- d) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos.
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de seu fornecimento, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o produto quando visivelmente irregular, não aceitando diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação ou respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
- h) Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;
- i) Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, não são admitidas neste objeto.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Feira Nova.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Feira Nova - PE, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

PELO CONTRATADO



ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA - PE.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Fundo Municipal de Saúde de Feira Nova, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ele vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

